

Geografia Urbana que fazemos

Odette Carvalho de Lima Seabra¹

Resumo: A elaboração deste texto responde à necessidade de expor um modo de entender e de fazer Geografia Urbana, disto decorre título que lhe atribuímos. Foram consideradas as categorias lógicas e os fundamentos históricos que permitem estruturar o conhecimento das cidades e das regiões urbanas implicados no movimento da modernidade contemporânea. Dois assuntos mereceram reflexão: a naturalização dos processos sociais, tomando-se como objeto as intervenções na Bacia do Rio Tietê em São Paulo, tendo em vista as enchentes periódicas. O outro se refere à cultura como economia; aqui são apreciadas as teses de Harvey e Cosgrove refletindo sobre o desencontro entre meios materiais de vida e modos de vida das populações tradicionais de São Paulo.

Palavras-Chave: materialismo, cidade, metrópole, natureza social, produção do espaço, cultura, economia do símbolo.

The Urban Geography We Do

Abstract: The production of this paper addresses the need to convey a way of understanding and making urban geography, from there, follows its title: "The Urban Geography we do." We considered the logical categories and historical foundations that allow structuring the knowledge of cities and urban regions implicated in the movement of contemporary modernity. Two issues deserve consideration: the naturalization of social processes, having as object the interventions in the Tietê River Basin in São Paulo, aiming towards its seasonal floodings. The other issue refers to the changing culture of the economy; here are appreciated the theses of Harvey and Cosgrove reflecting on the mismatch between the material means of life and the way of life São Paulo's traditional populations.

Key-Words: materialism, city, metropolis, social nature, production of space, culture, economy of the symbol.

INTRODUÇÃO

A afirmação de um campo próprio admitido como Geografia Urbana é um fenômeno da segunda metade do Século XX que ocorreu em meio aos debates implicados na revisão de muitos postulados, porém reafirmando o conhecimento geográfico como ciência humana e social. O cerne dessa discussão concebeu a Geografia Ativa como um conhecimento em conexão com as coisas do mundo, em cujo fundamento estava a dialética materialista.

¹ Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo, especialização em Economia Regional e Urbana pela Faculdade de Economia e Administração, da Universidade de São Paulo, mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Professora Associada no Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo. E-mail: odseabra@usp.br

Na sua generalidade esse movimento abalou a concepção positivista das ciências humanas e sociais em suas diferentes frentes e, no que se refere à Geografia, a superação dos positivismos, nos desdobramentos que se seguiram, trouxeram à tona a temática da **produção social do espaço**. Neste âmbito, a partir de premissas próprias, foram sendo definidos os objetos, o método, as noções, as teorias e os conceitos. E a perspectiva que se abriu foi a de considerar as *conexões espaço-tempo* como realidades históricas conversíveis uma na outra, cabendo à Geografia discernir a circunstância da práxis.

Nas ciências humanas os temas têm necessariamente que configurar problemas para serem investigados. É natural que assim seja porque o conhecimento é sempre um processo em curso e a natureza dos problemas exige uma atitude teórica que se constitui em método de investigação. A Geografia Urbana de que se fala e na qual estão baseados inúmeros estudos, dissertações e teses, realiza-se nos questionamentos que desdobra com base nos fundamentos da dialética materialista. O que equivale a considerar que o pensamento se apropria da dimensão objetiva do mundo por aproximações sucessivas, mobilizando categorias e conceitos que visam a compreensão de certa ordem de problemas de cunho geográfico, mas também o desvendamento das ideologias e das representações sociais do mundo. Uma empreitada que exige esforço do pensamento e que permitiu chegar à noção de que a urbanização é um processo total cujo sentido é o da urbanização da sociedade, ao mesmo tempo em que as noções articuladas de espaço, de lugar e de território, começaram a mobilizar o conhecimento geográfico. É nesse sentido que os estudos da Professora Ana Fani Alessandri Carlos constituem importante contribuição para a redefinição da própria Geografia Urbana.

Entre nós, nesta Faculdade, essa maneira de pensar a urbanização e, sobretudo a cidade, foi alcançada numa fase de revisão apaixonada da Geografia clássica, em contraposição ao desenvolvimento teórico da Geografia pela vertente positivista. As bases teóricas e conceituais para prosseguir e aprofundar os debates de época que, aliás, ultrapassavam o campo epistemológico da Geografia e alcançavam as ciências humanas de um modo geral, pôde contar com o aporte dos estudos e pesquisas de grande densidade que mobilizava a Faculdade de Filosofia como conjunto, desde sua fundação, mas cujo ápice pode estar situado nos anos setenta. As circunstâncias de época, marcadas por uma busca voraz por conhecimentos implicou na redefinição dos objetos e métodos de pesquisa, como já mencionado. Essa nova atitude em relação ao conhecimento, que deu ensejo a uma

Geografia interessada em compreender a objetividade do mundo e sua problemática, foi identificada por Geografia Crítica.

Tratava-se de reconhecer que os objetos de estudos correspondem a circunstâncias da prática social porque o movimento da história sob o capitalismo e enquanto formação social tende para totalizar espaço e tempo num processo que jamais cessa, cujo sentido é o da formação e reprodução da riqueza como capital.

Ora, a produção do espaço é um processo contínuo, não pára. Hoje, no mundo moderno, mesmo que se queira dizê-lo pósmoderno, um conflito agudo e violento se desenvolve pelo espaço e desdobra-se em uma luta que já não é surda, por uma inserção no território; conflito que, embora sendo apenas um momento do desenvolvimento da formação, põe em evidência as contradições que movem o sistema em seu conjunto.

Os espaços históricos e as paisagens, muitas ainda naturais (síntese de natureza e cultura), foram sendo gradativamente submetidos à lógica do valor, esta que é capaz de mover a produção e reprodução capitalista da sociedade. Nesse movimento as oposições que são em princípio formais, entre paisagem e espaço ou entre espaço e território, tornam-se reais, como contradições concretas. E, diga-se: a espacialização do processo social equivale à territorialização dos seus produtos. Assim, ganhava-se a compreensão de que a história integra em termos práticos as contradições proclamadas em termos filosóficos e políticos.

O valor no espaço, o valor do espaço, as políticas de espaço e a formação de capital através do espaço ou processo de valorização do espaço, como procedimentos de estudos e pesquisas, exigiu a incorporação de categorias universais, tais como o trabalho, a propriedade nas suas diferentes formas, o dinheiro e o capital, as quais consistiam nos fundamentos de uma concepção materialista da sociedade e do mundo, mas resguardando uma perspectiva antropológica da cidade, sob o prisma do processo de humanização-desumanização, tantas vezes assinalado na História do Ocidente.

A urbanização como processo totalizador, o rural e o urbano ou a relação cidade campo e mesmo a cidade em si como tema e problema, após esse longo período, recebem confirmação histórica: o mundo está se transformando urbano e as grandes aglomerações urbanas, como são as metrópoles mundiais, com seus dramas, sintetizam a problemática do mundo contemporâneo.

Portanto, conquanto a cidade seja um fenômeno transhistórico, ela é amplamente redefinida nos marcos da formação social na qual se insere devido à generalização do

sistema de trocas, a concentração do trabalho e do capital ligados à industrialização moderna, que constitui o núcleo da modernidade e de sua crise.

A crise da modernidade colocou na ordem do dia o problema da cidade e do urbano em função da enorme concentração de atividades, de população e de empresas (trabalho e capital), e culminou na formação das grandes aglomerações urbanas. Foram sendo formadas regiões urbanas (as regiões metropolitanas), de enorme extensão pela agregação (assimilação) de centros urbanos de tamanhos e importância diversos.² A temática da crise urbana e seus desdobramentos nas condições de vida de expressivos contingentes de população pobremente urbanizada, habitando as mais longínquas periferias, é discutido como *Urbanização Crítica* nos estudos e pesquisas da Professora Amélia Luisa Damiani.

Em retrospectiva, diga-se: a cidade, de um modo geral, foi o lugar de realização da riqueza da sociedade inclusive daquela originada no campo; como centro da vida civil e política fora sendo impregnada de significação histórica por ter sido o *locus* original dos processos de modernização social numa época que frequentar a cidade *era ser e estar up to date*; nessas condições a cidade era um valor de uso para o capital. E o mundo se transformava a partir da cidade, tanto que, à medida que a mecanização e a industrialização da agricultura aconteciam, começava surgir um novo modo de vida de características propriamente urbanas, porém, carregado de ambigüidades e contradições.

Mas, as cidades que apresentaram a maior força de concentração, em geral não suportaram a densidade econômica e social contraditória da modernidade no seu desenvolvimento. Tanto que o ideário civilizatório da cidade expresso nas *utopias da cidade* foi se esvaindo na implosão que desarticulou as estruturas internas da própria cidade pela enorme concentração formadora das grandes aglomerações urbanas.

Em extensão o fenômeno urbano evidencia a explosão, os estilhaços, aquilo que foi sendo lançado para fora da cidade e que passou a integrar o enorme espaço de urbanização contínua. Os primeiros foram os moradores pobres, fossem operários da indústria ou simplesmente pobres urbanos segregados das funções urbanas, que com suas famílias, construindo suas próprias moradias alargaram os limites do espaço urbano; depois foram as infra-estruturas precárias, a desconcentração da indústria que nos subúrbios livrava a cidade

² A cidade em si, como objeto concreto, antes, muito antes de ser um valor de troca para o capital e funcionar como um ativo financeiro no jogo dos mercados nacional e internacional, como ocorre na atualidade, foi um valor de uso essencial para o capital. E, enquanto tal forneceu os pressupostos para o desenvolvimento do capital nas suas diferentes formas (concentração de pessoas e de dinheiro: base de uma economia pecuniária). Premissas da formação e circulação de um capital mercantil em torno do qual se definem as classes sociais polarizadas pela burguesia comercial.

para a expansão do comércio e serviços, até o ponto que a própria cidade não comportaria a densidade tanto dos negócios como de habitantes. *A cidade foi pelos ares!*

O fenômeno das grandes aglomerações urbanas, que deu ensejo à discussão da metrópole capitalista nos anos 20, se tornou de todo evidente no pós-guerra. Para a Geografia se impôs o problema de tratar qualitativamente desse processo conhecido, entre nós, por metropolização, e cuja empreitada revelou o esvaziamento de toda e qualquer utopia de cidade. Pois, face aos fenômenos conhecidos por globalização as metrópoles mundiais entraram numa nova ordem de consideração devido a concentração do poder econômico e de decisão das grandes empresas mundiais, nas quais se funde poder com dinheiro. Agora, os pólos da economia mundializada é que definem centros na economia mundial. E, mesmo sem implicar na concentração física, encontram nas metrópoles as suas bases de operação.

No entanto as grandes aglomerações são realidades históricas, são produtos que se tornaram produtivos. Por isso *entidades e agências* multilaterais (Banco Mundial-Bird) promovem financiamentos diretos às administrações locais (municipais) com aval dos governos e assim fazem circular num mercado protegido, bens e produtos necessários à manutenção e adequação das estruturas urbanas. Em conseqüência se estabelece um âmbito de disputa por investimentos, em nome da cidade competitiva, como seja, aquela que pode comprar no mercado mundial porque tem garantias advindas da capacidade de gerar trabalho (PIB). A cidade metamorfoseada, dilacerada, ainda assim valor de troca para o capital financeiro, está lançada nesse campo de disputas por investimentos.

Enfim, como o processo do capital não cessa de internalizar os atributos da natureza, da cultura e da história é possível distinguir a face econômica dos novos campos de operação do capital, principalmente quando atua sobre aqueles que supostamente pertenceriam ao âmbito da cultura: sejam as tradições ainda do mundo agrário ou mesmo as culturas “pós-moderna”, encarregando-se da mixagem. Exatamente em relação a esse processo, a história e a memória urbana guardam um repertório inesgotável.

As modalidades de uso do espaço urbano obedecem tanto aos ditames das particularidades dos lugares como são as propriedades específicas de cada sítio urbano, como às formas históricas do processo social na modernidade. Disto decorre que os diferentes atributos do espaço urbano, venham eles da natureza, da cultura ou da história, são imediatamente

traduzidos em termos do valor de troca. Aspectos que integram (como atributos imanentes) as desigualdades fundamentais de que se falou.

A partir deste arcabouço teórico serão apresentados e discutidos, a seguir, dois campos de realização da Geografia urbana:

- ✓ o primeiro trata da questão da natureza sob o enfoque da Geografia urbana, interessando a certos elementos e circunstâncias da problemática do Rio Tietê em São Paulo;
- ✓ o segundo problematiza certas questões culturais interessando, sobretudo, à crítica da abordagem culturalista. Ou, a cultura por si mesma!

Praxis Social e Paradóxos da Natureza

Foi, no interior da problemática relativa à cidade e ao urbano, interessando aos problemas concretos da metrópole, que ganhou foro e se pôs como fundamental tratar dos paradoxos da natureza; até porque, para participar desse universo conectado em escala mundial, não pode ser negligenciado o fato de que há certas práticas envoltas num discurso contemporâneo de teor ambientalista. A Geografia Crítica, fundada num pensamento categorial tem, pelo momento, por paradigma a *naturalidade cósmica do mundo*. Domínio de fenômenos conhecidos e desconhecidos, que continuam sendo desvendados e incorporados à racionalidade propriamente humana. É assim que a natureza se explicita como história. Existe aqui uma dificuldade, pois que é vigente um pensamento que deriva da concepção de que existe uma natureza lá longe, se estiver intocada melhor! A natureza como independente do mundo humano. Não, o processo de conhecer, (sejam rios, matas, jazimentos ou serras...) por ser social, explicita a natureza social do mundo. E, sob esse aspecto, reportando-nos à cidade e ao urbano como tema-problema, é possível considerar que disto deriva o interesse e a necessidade de compreender as particularidades do *sítio urbano*. Neste campo o mais comum é que se naturalizem os processos sociais, históricos, políticos para veicular os supostos discursos sobre a natureza, os quais interessam ao ambientalismo. Há necessidade de fazer o caminho invertido, descobrir o que é e como é a síntese contraditória dos produtos e das coisas (natureza-cultura-história) porque nelas permanecem os seus fundamentos escondidos.³

³ Um discurso sobre a pobreza e a necessidade de reduzir sua magnitude, senão mesmo erradicá-la, ficou na moda hoje em dia. É um discurso de caridade no estilo Século XIX, que não procura entender os mecanismos sociais e econômicos que geram a pobreza, embora os

O Problema das Cidades Competitivas e a Naturalização dos Processos Sociais

Quase ao apagar das luzes de 2009, na primeira quinzena do mês de dezembro, teve início em São Paulo uma catástrofe atmosférica que pode esconder o fato de ser, sobretudo, uma catástrofe social. Sim, porque, apesar de que os registros pluviométricos e as medidas de vazão das bacias hidrográficas atestassem esse fenômeno por toda a região do Alto Tietê, em São Paulo, (área que corresponde a extensão da Região Metropolitana) o problema das enchentes está associado à urbanização de São Paulo. Dito em outros termos está associado às transformações que assinalam a imposição de um novo paradigma no estudo da cidade de São Paulo, agora, uma das grandes metrópoles mundiais. Por isso se impõe a compreensão integradora dos fenômenos e dos processos.

As enchentes constituem problema social. Dessa forma precisam ser encaradas exatamente porque o escoamento superficial (drenagem pela rede hídrica) em área tão densamente urbanizada como a Região Metropolitana, está condicionado a forma como os elementos do mundo natural, natureza como exterioridade, passa a integrar processos históricos e sociais. A questão que aparece como sendo própria dos rios e várzeas de São Paulo é mais complexa porque tem as implicações inerentes aos processos de modernização geral da sociedade, em cujo centro esteve a industrialização e urbanização brasileira. Pois, a medida que São Paulo fora convertida em centro político-econômico do País e passou a centralizar os fluxos econômicos, polarizando, pode-se dizer, todo o território nacional, transformara-se no maior centro de produção e consumo do país e, em consequência, São Paulo ficou no centro da divisão territorial do trabalho no Brasil.

Pelos anos setenta foi sendo elaborado o ideário de que São Paulo tinha que parar de crescer (expresso na fala do então prefeito Manoel de Figueiredo Ferraz). O que equivale a dizer: parar de receber os migrantes. Nessa época a população de São Paulo crescia 500.000 habitantes ao ano.

Obviamente a demanda por espaço de habitação e de circulação exigia que os investimentos em infra-estrutura urbana crescessem enormemente e a resolução de tais demandas somente poderiam ser realizadas pela via do mercado, para uma demanda solvável.

meios científicos e tecnológicos para erradicá-la estejam já disponíveis. (Amim, Samir “Uma avaliação do Fórum Social Mundial” - disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiamostrarmateria.cfm?materia_id=17498> acesso 20 nov.2011)

Ora, o enorme contingente de pobres vindos dos diferentes cantos deste país, com destaque aos mineiros e nordestinos, tinham que encontrar formas de acomodação nesta área densamente urbanizada. Políticas habitacionais acompanharam essa mobilização geral de população sem jamais conseguir aplacar as necessidades que surgiam.

Pode-se dizer que nos anos setenta emergiu certa consciência da precariedade, inclusive porque as práticas de produção doméstica de habitação (autoconstrução) eram limitadas pela especulação com terrenos urbanos que tomou conta de São Paulo. Foi quando a política habitacional, com a construção dos conjuntos habitacionais foi concebida com a finalidade de realizar pelo menos parte da demanda reprimida. Itaquera I, por exemplo, o primeiro conjunto da zona leste, era para mais de 100.000 famílias.⁴ Na seqüência, outros conjuntos foram sendo projetados e construídos sem, contudo, poder eliminar o caráter precário que assumiu a urbanização, principalmente porque a questão da moradia dos pobres não era resolvida e até ao contrário, tornava-se mais grave.⁵

Em 2001, 20% da população, em São Paulo, morava em favelas e as áreas de urbanização consolidada, que correspondem aos velhos bairros de São Paulo, tanto os bairros mais centrais como os seus adjacentes (Bom Retiro, Brás, Cambuci, Barra Funda, Perdizes...) já estavam em franco processo de perda de população, com casario antigo e em alguns casos já bastante deteriorados. Nessas condições o passo seguinte tem sido a de formação de zonas de deterioração urbana, nas quais os cortiços passam a dominar.

A readequação funcional do espaço urbano, a partir dos investimentos em novas infra-estruturas e novas edificações, cria condições para capitalização dos investimentos através da valorização imobiliária, que é sempre possível. Como nas zonas de deterioração urbana há, via de regra, acomodação de pobres urbanos nos cortiços que aí se formam, o espaço urbano se constitui num âmbito de disputas com lutas e conflitos encarniçados para aqueles que não têm lugar.

De modo que, enquanto os velhos bairros perdem população e as condições sócio ambientais se deterioram, a demanda por habitação continua crescente, seja em função de crescimento vegetativo ou das migrações. Disto decorre que há uma quantidade expressiva de imóveis sem uso nas áreas de urbanização consolidada ou de urbanização antiga, compondo um expressivo patrimônio imobiliário, que funciona como reserva de valor. Sobre

⁴ Sobre esse tema consultar os trabalhos de Amélia Luiza Damiani.

⁵ A pobreza urbana não escandaliza mais porque foi naturalizada; a produção programada e subvencionada por fundos públicos de dezenas de milhares de habitações populares concentradas às margens das cidades e destinadas a essa mão-de-obra. É a época dos célebres "Grandes Conjuntos", que se tornaram depois "Bairros Sensíveis", quando essa população acrescida de seus filhos, tornou-se superabundante numa economia de crescimento reduzido. (Osmont, 2002,p.12)

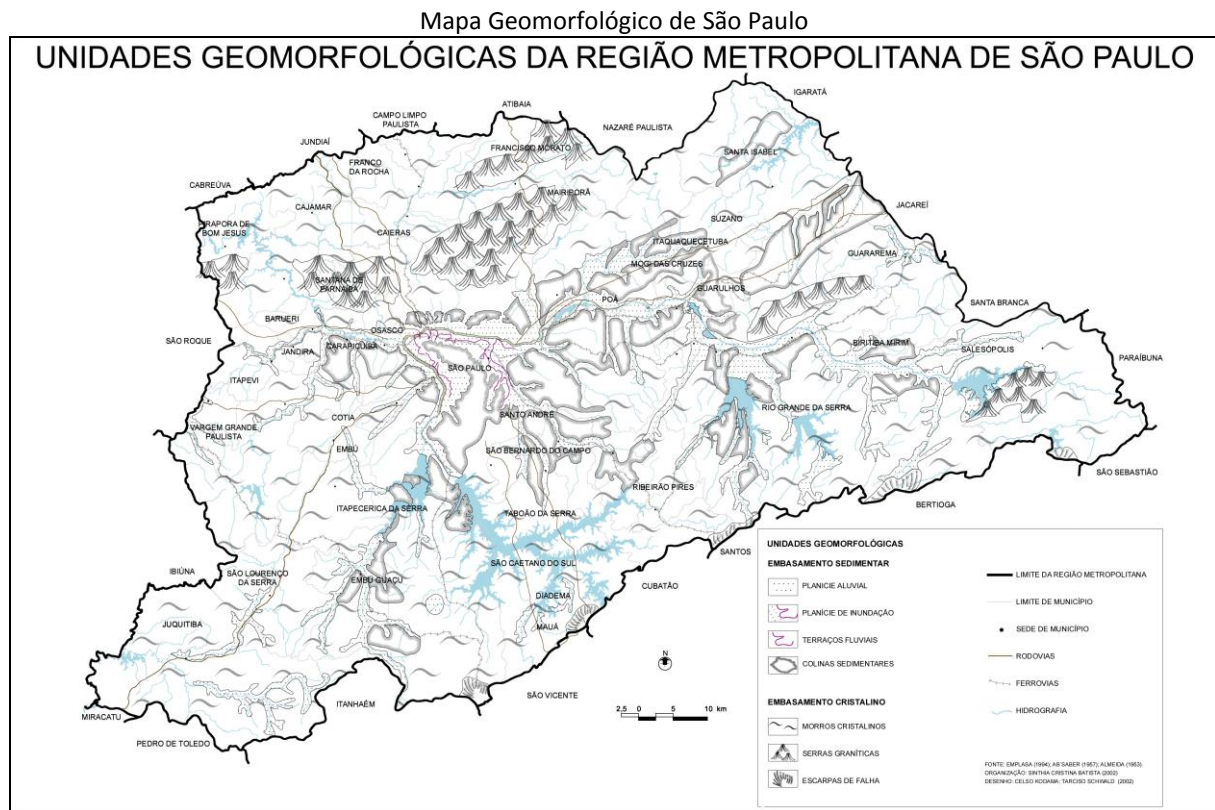
muitos desses imóveis acaba por se estabelecer interesses de explorar a sub-locação com a formação dos cortiços de que se falou. Mas há, também, pressão dos pobres, tidos por ocupantes, que habitam essas áreas no sentido conseguirem evitar a constante mobilização a qual estão sujeitados e que os conduz sem comiseração aos limites extremos da metrópole. Lá onde os bens de civilização, próprios da vida urbana não existem minimamente.

A taxa de ingresso de migrantes para São Paulo continua positiva, contribuindo para a mobilização dos pobres em direção às áreas de urbanização recente e precária nos limites externos da região metropolitana. Estas são as áreas das cabeceiras de riachos e córregos, que correspondem ao rebordo externo da Bacia Sedimentar de São Paulo. São áreas de solo friável (sujeito a maior erosão) nas quais os desmatamentos por mínimo que sejam, sem os requisitos da técnica, acabam por produzir situações de desastre e também produzir efeitos sobre o funcionamento da bacia hidrográfica. Pois os materiais em suspensão, por gravidade, são naturalmente conduzidos à calha principal da bacia hidrográfica, como é o caso do rio Tietê em São Paulo.

Essa ocupação das cabeceiras de riachos e córregos implica movimentação de terras o que, em suma, alimenta um processo contínuo de assoreamento que é sempre acrescido dos detritos de todo tipo que a corrente hídrica encontra ao longo do seu próprio curso.

A ação de retificar e canalizar rios e córregos, entre nós, foi a providência *técnica-política*, adotada por todo século vinte, visando o saneamento do espaço urbano. Associadas a essa idéia de saneamento vieram as *avenidas de fundo de vales*, que exatamente aproveitariam essa rede natural para dispor as vias de circulação. Sabe-se agora que canalizações aceleram o fluxo e que mais rapidamente a calha principal da bacia acaba por manifestar transbordamento.

Os rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí, principais rios da Bacia do Alto Tietê: (todo trecho à montante de Santana de Parnaíba) foram retificados e canalizados permanecendo como canais de escoamento à céu aberto. Já a drenagem de menor calibre foi sendo submersa pelos programas de canalização com tamponamento visando a consecução da rede viária, que seria formada pela articulação das avenidas de fundo de vales.



As enchentes, em si.

O eminente sanitarista Saturnino Brito, (anos vinte) distinguia inundações de enchentes. Identificava as várzeas de inundação como próprias dos rios de planícies e por natureza meândricos, tal como os nossos rios que drenam a Bacia do Alto Tietê: Tamanduateí, Pinheiros e Tietê. Portanto as planícies de inundação, entre nós popularmente conhecidas por várzea ou vargem, estão ligadas a natureza dos rios. Por isso advertia que tomar as várzeas aos rios é estabelecer o problema das enchentes. Foi bem isso que aconteceu. Pois, em São Paulo o potencial hidráulico serviu a montagem do sistema hidrelétrico e as várzeas foram transformadas em espaço de circulação com a instalação das vias marginais expressas, além da instalação de pesadas estruturas (objetos urbanos) ligadas ao funcionamento da

metrópole: Centro de exposições Anhembi, Campo de Marte, Estação Rodoviária, indústria editorial e gráfica, armazéns de transportes, estabelecimentos de comércio e serviços.

Hoje faz pouco sentido dizer que as várzeas pertencem aos rios porque as planícies de inundação estão urbanizadas e os rios transformados em canais. Além do que foram executados a inversão do curso do rio Pinheiros e o conseqüente represamento dos tributários à montante, que deram origem as represas Billings e Guarapiranga. Tem-se como conseqüência que os rios e várzeas de São Paulo foram transformados em um espaço tecnológico, o que faz crer que não tem volta. Que não seja possível desfazer o feito. Portanto as várzeas pertenciam aos rios agora as várzeas são espaços sociais, são natureza transformada em força produtiva da sociedade. É exatamente como tal que constituem um problema sobre o qual é necessário raciocinar.

Muitos são os registros de históricas enchentes. As enchentes em São Paulo geram grandes mobilizações sociais como aconteceram em 1929, 1947, 1963 entre outras tantas perdas na memória histórica da cidade. Só para exemplificar, em 1963 a mobilização foi de tal ordem que foi instalada na Câmara uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as suas causas e conseqüências. Essa CPI colheu depoimento das autoridades do executivo e da sociedade civil. O então Prefeito Francisco Prestes Maia fazia notar à Comissão, que as enchentes aconteciam porque a retificação do Tietê ainda estava por ser terminada em três localidades; ponto que seria facilmente atacado. Que o assoreamento do leito do Tietê era de fato um problema, pois relativamente ao assoreamento-desassoreamento, disse ele: estamos sempre como num minueto, um passo à frente e dois atrás.

Com estas declarações quero apenas fazer notar que a maneira de raciocinar sobre as enchentes constitui ao que parece, o maior problema das enchentes.

Em um desses episódios comerciantes se organizaram e interpelaram judicialmente o poder público. Ganharam a causa e exigiram indenizações por danos.

Também houve no vale do Pirajussara um processo de luta e organização dos moradores contra as enchentes. Preveniam-se organizando esquemas de alarme para agilizar a mobilização em momentos necessários; construíam comportas de vedação em portões e portas, mas também mantiveram um canal direto com o poder público, sendo capazes de traduzir em votos a atenção as suas necessidades. Em um desses episódios os moradores

em movimento decidiram destapar o canal de retificação do Pirajussara, munidos de pás e picaretas. Conta-se que lá encontraram um carro, cachorro morto, sofá entre outras coisas.

O espaço dos rios e várzeas foi transformado em uma estrutura tecnológica. O regime dos rios da bacia do alto Tietê está alterado e as várzeas de inundação foram suprimidas. Em verdade a questão é tratar analiticamente a valorização dos rios e várzeas de São Paulo. Ou seja, como a natureza natural transformava-se em natureza social.

Planos e Projetos

O Projeto Tietê de 1994, concebido em meio a uma grande mobilização cuja bandeira era salvar o Tietê da poluição e controlar as cheias, envolveu meios de comunicação, agentes da sociedade civil e governo, contando com um valioso aporte de recursos do governo japonês. O principal produto dessa mobilização foi a concepção do rebaixamento da calha do Tietê em 2,5 metros e alargamento das margens com revestimento dos taludes. A capacidade de vazão no Cebolão seria de aproximadamente 1050m³/seg. contra 640m³/seg., naquele momento. Esse projeto formulado com uma base de cálculo de enchente para 100 anos, trouxe a promessa de eliminação das enchentes, mas desgraçadamente, mesmo antes de conclusão da concretagem das margens, foi posto à prova e a enchente carregou até as faixas alusivas às obras.

Na atualidade uma importante frente de ação política do Estado está voltada para o Tietê, através do Plano Diretor da Macrodrenagem de 1999, com um horizonte para 2020. Este plano recomendou medidas que bloqueiam o uso e ocupação das várzeas; que sejam evitados projetos de canalização de riachos e córregos porque aceleram o fluxo hidráulico e que sejam criadas condições de amortecimento das cheias a montante da capital, com a retenção de excedentes de água.

Trata-se agora experimentarmos uma inversão total na concepção do escoamento. Pois, se a questão é falta de espaço para as águas, as águas devem permanecer onde caírem. Esse é o fundamento do conceito de *vazão de restrição* pelo qual fica estabelecido um limite físico de expansão e aumento da capacidade hidráulica para os principais cursos drenantes da Bacia do Alto Tietê. Presume-se que o funcionamento de estruturas de detenção funcionando como acumuladores de água, permitam vazão de restrição.

A emergência de um novo paradigma abriu a oportunidade para novos encaminhamentos sem, contudo poder desconsiderar os problemas já acumulados. No entanto, bloquear o uso das várzeas é a orientação mais radical e inovadora nestes cem anos de intervenções na Bacia do Alto Tietê. Obviamente tal decisão não alcança as várzeas já absorvidas por usos urbanos, hoje completamente internos no espaço da cidade.

Foram definidas as vazões de restrição para a calha do Tietê no trecho entre a barragem da Penha e Edgar de Souza em Santana do Parnaíba e também que as represas de cabeceiras funcionariam como acumulares, além dos piscinões.

Restam questões

O Plano da macrodrenagem indica regularização do fluxo segundo prescrições mais ou menos rígidas e indica a construção de acumuladores de água de chuva, os piscinões, muitos dos quais já estão funcionando. A partir dessa orientação novos problemas foram sendo estabelecidos uma vez que a manutenção de cada piscinão é, em si, um problema. Impedir a degradação do ambiente circundante, controlar os riscos sanitários e outros, para a população que habita as imediações é igualmente difícil e dispendioso.

Seja como for a Bacia do Alto Tietê chegou num ponto crítico, que é um ponto de não retorno. Por isso novos parâmetros de raciocínio se tornaram necessários.

Delmar Mattes, engenheiro e secretário de obras públicas da Prefeitura de São Paulo nos anos 90, considera que a partir da compreensão do funcionamento da rede hídrica da Bacia do Alto Tietê, a gestão pública deveria tratar da drenagem urbana abordando analiticamente cada sub bacia, sob o enfoque do espaço das águas e então cada caso seria tratado numa escala apropriada. Esta é uma proposta de gestão que muda apenas a escala da abordagem.

Porém, mais do que nunca fica claro que o espaço das águas é um espaço social e que sem a inversão de prioridades e mais do que isso, sem concepções que coloquem a forma social de vida das populações concernidas em primeiro plano, continuará no mesmo passo mistificando pelos discursos das águas as dolorosas experiências de perda de condições de vida de expressivos contingentes de pobres urbanos. Inclusive, porque, a mistificação das situações acaba por colocar a vítima na condição de algoz de si mesma, é o que se pode ler nas entre linhas ao constatar o espanto da imprensa e até de homens públicos, face às

catástrofes admitidas como naturais, quando indagam como se pode morar em vertentes tão íngremes e perigosas? Por que escolhem esses lugares!!!

Enquanto a ciência e a tecnologia forem lançadas no mercado de bens e fatores, sendo esse o único caminho necessariamente óbvio, para intervir em tais situações, o *slogan* “cidade competitiva”, estaria designando o limiar da competição empresarial na viabilização da infraestrutura urbana, com aval e garantia dos governos. Pois, a mobilidade territorial do capital, os organismos de gestão financeira (FMI e Banco Mundial), junto com a crise das dívidas, produziram uma reestruturação nas economias nacionais.

Financiamentos diretos às administrações municipais interessam às agências internacionais e assim se estabelece uma relação direta entre governos locais e o nível internacional do capital, dominado pela lógica das finanças. E, portanto, ganha sustentação um capitalismo sem risco na promiscuidade das relações governo-empresas.

Em 1994, vultoso empréstimo do governo japonês foi destinado às melhorias do Rio Tietê e, em ato contínuo, empresários americanos, acompanhados do Vice Presidente dos Estados Unidos firmaram contratos de venda de uma enormidade de equipamentos antipoluição. No entanto, o Rio Tietê continua poluído e pode-se dizer: é uma cloaca à céu aberto.

Em suma

A cidade competitiva para fora, é aquela que apresenta condições de rentabilidade e garantias para o capital alienígena, além das condições de estabilidade política com garantias institucionais e uma economia consolidada, podendo pleitear concorrer no mercado internacional para obtenção de investimentos produtivos.

Já a cidade competitiva para dentro, com todos os problemas ligados a urbanização e a fragmentação, é uma força produtiva para sociedade, mas, sobretudo é um ativo econômico e financeiro que pode ser mobilizado por indivíduos ou grupos, por volta do qual está definida a natureza patrimonialista de nossa sociedade. A legislação que incide sobre a propriedade do solo urbano não é menos problemática do que aquela da propriedade rural e que data de meados do século dezanove (Lei de Terras). Tanto que no urbano, a mobilidade do capital está sujeita aos processos de produção do espaço, sendo este controlado pela legislação de uso do solo urbano, cuja matriz é, no geral, a Lei de Terras,

mesmo sem negligenciar que constituição 1988 admite a função social da propriedade. As Assembléias atuam na legislação específica, que via de regra reitera os fundamentos gerais, adequando-os funcionalmente quando há necessidades de mudanças. Sob esse aspecto, um exemplo a ser considerado é o das políticas de requalificação das áreas centrais em inúmeras cidades brasileiras.

Relativamente à Bacia do Alto Tietê houve movimentos não coincidentes: as demandas por condições urbanas, com ampliação do ambiente construído, cresciam de modo exponencial, enquanto as infra-estruturas tornavam-se mercadorias, produtos-mercadorias que circulam em mercados restritos e sem risco, no compasso das relações políticas. Do que resulta o gigantesco drama das enchentes do Tietê, ali bem no coração da metrópole de São Paulo.

A questão fundiária na metrópole não pode mais ser escamoteada ela está no centro dos problemas urbanos e muito particularmente na questão das enchentes. Tanto que a segregação urbana foi aprofundada a tal ponto, que as oposições entre espaços edificados (de mercado) confrontam de modo contundente, com as áreas pobres, de urbanização precária e improvisada.

Relativamente aos rios e várzeas, trabalhos analíticos têm mostrado que a corrida especulativa no processo que usurpou as várzeas aos rios, teve início ao final do Século XIX. A propriedade fundiária não faz concessões, aliás, pauta as relações que medeia. E assim tem sido desde sempre. Acontece que agora, o controle fundiário que é também um controle político das áreas mais centrais da metrópole empurra para os grotões periféricos contingentes expressivos de população, as quais ocupam sem critérios técnico-científicos e urbanísticos as cabeceiras dos riachos e córregos que integram a Bacia do Alto Tietê. Em decorrência as enchentes tornaram-se problemas sociais graves que não obstante atingirem toda a metrópole incide diretamente sobre os pobres porque eles estão em condições de maior vulnerabilidade.

Por fim, tudo indica que o Século XXI será marcado pelos problemas urbanos acumulados ao longo do Século XX. Por isso, alargando esta reflexão, passamos a considerar a cultura como elemento da práxis social que cabe descrever e interpretar nos marcos dos conhecimentos acumulados na discussão sobre a cidade e o urbano.

A Cultura e a Economia do Símbolo

Pela articulação de discursos engendrados por volta de imagens e de representações as mais diversas, às quais se destinam a conceber produtos, objetos e coisas como bens culturais com a finalidade de transformá-los em bens econômicos, ganha curso uma economia do símbolo, na qual atributos de excepcionalidade (rituais, objetos materiais, história, lugares..) constituem o suporte dos discursos que justificam e ornamentam a cultura como função especializada no conjunto das práticas sociais.

A partir dessa constatação a questão a ser considerada é a de superar a superficialidade das abordagens culturais da realidade do mundo pondo em evidencia certos nexos da cultura no contexto da formação social, considerando tanto a objetividade dos fenômenos, quanto à subjetivação que gera.

Parece haver um entrave teórico na abordagem dos fenômenos culturais porque em geral esses fenômenos são tratados com todo o fetiche que os faz transbordar para a sociedade, quase sempre sem que se dê conta da coisificação dos produtos da cultura. Há que ser considerada a objetividade que apresentam como resultado de múltiplos desdobramentos, ai então tais produtos parecem flutuar sem história e sem contradição, o que dá margem ao tratamento bastante superficial de muitas das manifestações singulares de ser e de viver a contemporaneidade. É necessário desmistificar os produtos e as coisas admitidos como culturais para conhecê-los.

O estudo da cultura como objeto da reflexão Geográfica conta com a contribuição de importantes geógrafos. Dentre eles são destacados David Harvey e Dennis Cosgrove, o primeiro muito lido e conhecido desde meados dos anos setenta, participa do debate contemporâneo a partir de uma perspectiva crítica, continuando a formular problemas e discutir idéias sob o enfoque da dialética materialista. Neste texto valemo-nos de suas formulações sobre rendas monopólicas, que implicam geralmente políticas de espaço, naquilo que está convencionado como campo cultural.

A forma como Harvey compreende tanto a crise da modernidade como a economia do símbolo está ligada à constatação de uma diferença no estatuto da forma mercadoria uma vez que a produção da mercadoria simbólica é destinada a auferir rendas que equivalem à participação na distribuição de mais valia. Argumenta sobre a transferência de dinheiro que remunera o bem cultural o qual corresponde a uma cota parte do sobre-produto social que circula descolado da base material da produção de mercadorias. A possibilidade de ganho na esfera da cultura está, portanto, despregada dos fundamentos do processo do capital que

gera lucro (p.ex. capital industrial), pois, como há autonomização do dinheiro em relação à mercadoria (cada mercadoria circula no seu mercado específico), na circulação se reparte a mais valia. Da mesma forma, esse processo está assentado na autonomização da imagem (que pode institucionalizar-se enquanto marca) enquanto produto cultural em relação ao objeto.⁶ Logo, o mercado das marcas reparte mais valia social.

O segundo, Cosgrove, que participou até recentemente, do debate acerca de uma abordagem materialista e dialética da cultura no movimento da Geografia Cultural, as proposições relativas à cultura remetem à consideração dos modos de vida na modernidade. A idéia principal é de que a Geografia cultural não se constitui em subcampo da ciência geográfica; que a cultura integra os processos sócio culturais por isso não se poderia descobri-la, estudá-la como se fosse uma esfera separada, independente do que seja um contexto social específico.

Assim introduzido o problema basta considerar que os parâmetros de raciocínio dizem respeito a crise da modernidade porque foi a partir dela que se falou em pós-modernidade, em cultura pós-moderna, no fim da história e em indústria cultural. No mais resta por considerar a hipótese de Cosgrove segundo a qual *um modo de produção estaria necessariamente em conexão com um modo de vida* e que por isso a cultura não constituiria uma esfera separada da vida.

A esse propósito é aqui sugerida, com base em prolongada pesquisa sobre São Paulo, uma reflexão sobre os modos de vida considerando os paradoxos contidos nas relações entre meios materiais de vida e modo de vida.

Quando, ao final do Século XIX foi amplamente colocado o problema da reprodução social, o qual teve como consequência imediata os enormes fluxos de população de um continente para outro, o capital como forma de reprodução da riqueza estava já dominando os resultados da História e deles se apoderava integrando e redefinindo segundo sua lógica, no seu próprio movimento, os subsistemas relativos à família e aos lazeres, que eram identificados como aspectos lúdicos da vida, estabelecidos antes do capitalismo.

Não menos importante seria considerar a hipótese de que os fenômenos da cultura mesmo aparecendo como sem história e sem contradições, de um ponto de vista dos excluídos poderiam, talvez, corresponder à utopia da apropriação que desaliena e gera presença.

⁶ O mercado das “marcas” está em pleno desenvolvimento. O investimento na marca parece ser mais importante do que no produto material. O bom gerente de market na empresa é aquele que difunde um nome como marca. O centenário clube paulista, Sport Club Corinthians Paulista pôs à venda sua marca (que era apenas um nome) e pretende capitalizar com ela quatrocentos milhões de reais que seriam investidos na construção do seu estádio de futebol.

Como tal, proporcionariam aquisições em diferentes níveis e dimensões. Mas essa é uma hipótese para ser explorada.

O fato é que coincide com a descoberta de que é fascinante estudar a cultura como atributo onde se podem ancorar as práticas sociais numa articulação de valores simbólicos.

A cultura pós-moderna seria, portanto a fusão dos fragmentos dispersos objetivados em imagens do mundo e justificado, santificado como tal pelo discurso. Em face disso há, na atualidade, uma opinião generalizada de que à linguística está reservado um lugar importante no conhecimento do mundo. Esta breve exposição visou assinalar o descolamento do processo de acumulação em relação aos seus fundamentos. Do que resulta a ruptura (relativa) entre o moderno e pós-moderno e a oportunidade de uma cultura do símbolo, em essência pós-moderna, segundo vários autores. Esta proposição sugeriu que por oposição fossem assinalados alguns traços da cultura moderna, expressa nos modos vida, para poder situar as rupturas de que se falou.

A relação entre modos de produção e modos de vida

Para ensaiar uma aproximação cultural em Geografia sob o enfoque da dialética materialista enquanto filosofia da práxis foi necessário localizar no debate em curso, temas e problemas entre os quais fosse possível situar certo acervo de conhecimentos sobre a urbanização de São Paulo, construídos a partir de uma abordagem histórico-genética. No que se refere aos postulados da Geografia cultural resultou em problematização, que salvo melhor juízo, pode se prestar a formulação de interessantes hipóteses de pesquisa.

Partindo de certas idéias, Dennis Cosgrove estabelece uma relação intrínseca *entre modo de produção e modo de vida* ao afirmar que “para nossa compreensão de cultura corresponder à evidência da prática precisamos voltar à noção de modo de produção como um modo de vida incorporando a cultura dentro da produção humana, ligada em igualdade dialética com a produção de bens. A consciência humana, idéias e crenças são partes do processo produtivo material” (COSGROVE, 2003).

Nestes termos e sob tais premissas a cultura estaria integrada a produção humana e ligada em igualdade dialética com a produção material de bens. Sendo que o interesse em abordá-la sob esse prisma estaria, em princípio, em desenvolver os recursos teóricos necessários

para discutir o modo de vida na modernidade. E, principalmente em estabelecer as premissas para poder tratar a cultura como parte integrante do processo social, passível de uma abordagem geográfica.

O modo de produção, sob o capitalismo, é uma combinação específica de capital e de trabalho numa totalidade em movimento cuja análise permite a reconstrução científica da realidade. É o modo historicamente determinado de exploração do trabalho no processo de produção e no qual são produzidas também as relações fundamentais dessa sociedade. Já, o modo de vida é a forma como, no âmbito da vida imediata, no quadro de vida, se realiza o modo de produção.

Uma questão importante, senão essencial, é saber sob que condições (de tempo e de espaço) um modo de produção pode corresponder a um modo de vida. Minha hipótese é que um modo de produção só pode corresponder, em tese, a um modo de vida; é sempre difícil imaginar a aderência completa (ponto por ponto), entre um modo de vida e um modo de produção.

As sociedades pré-modernas, porque foram marcadas por fortes continuidades, podem ter apresentado alguma correlação entre os seus modos de produzir e seus modos de vida. Nessas condições a hipótese da correlação entre modos de produção e modos de vida pode ter tido algum sentido. Contudo, sabe-se que o encontro de tais sociedades com os processos de modernização foi marcado por rupturas e desencontros.

É muito mais desse desencontro (desvio) entre modo de produção e modo de vida que se faz à história da sociedade e da cultura na modernidade. E então até subvertendo, no bom sentido, Cosgrove pode-se admitir que em princípio nisto reside o interesse teórico dessa formulação. Ela permite admitir os desencontros como objeto de conhecimento. Sendo que esse desencontro é traduzido por diferentes formas de apropriação da natureza (instrumentos e meios materiais), pelas habilidades de fazer e pelo estranhamento recíproco das práticas sejam práticas simbólicas ou instrumentais, com seus sentidos rituais. Importante é considerar também que a partir de tal proposição é possível superar a *cultura como um em si*, pois, podem-se descortinar as articulações que lhes são constitutivas.

A modernidade enquanto lógica dos agentes avança sobre os territórios ainda não explorados e faz *taboa rasa* do que encontra pela frente, propondo sem cessar o culto do novo, subvertendo gostos, costumes e hábitos. Implicando em releituras ou re-interpretações do pré-existente.

Estudos sobre a urbanização de São Paulo mostraram como um modo de vida pode ser identificado pelos meios materiais de vida, interessando a presença de população tradicional; como a escassez desses meios materiais de vida implicou o deslocamento/metamorfose do modo de vida. Essa população conhecida por tradicional que habitou a região de São Paulo, viveu nas suas lides, os desencontros que a sociedade do trabalho impulsionada pela industrialização, dotada de grande ímpeto, acabava por promover.

Pois à medida que os meios materiais de vida encolhiam (lugares da pesca, do pasto, da festa) e ia sendo eliminada a possibilidade da coleta, da troca simples de produtos-mercadorias, enfraqueciam as possibilidades da reprodução desse contingente de população. Isto porque um modo de vida é também uma estrutura complexa que articula as diferentes esferas da vida e lhes dá unidade. A sujeição imposta pelos impactos da modernidade desarticula o pré-existente podendo inclusive, esgotá-lo. Na região de São Paulo não deixou margem para recriação e nem mesmo para reforma. A lógica do mundo do trabalho não podia promover a absorção destes contingentes de população tradicional do entorno de São Paulo, porque enquanto sujeitos dessa espacialidade específica, ficaram eles fadados a desaparecer; eram os caipiras de São Paulo, assim era conhecida essa população. Sujeitos de desnecessidade de trabalho como demonstrou o Prof. Antonio Candido nos seus estudos relativamente aos caipiras do Estado de São Paulo. Aliás, não conheceram a categoria trabalho, não exercitaram a sua lógica. Quando a imigração estrangeira, de perfil industrioso, se inseriu no seu mundo, começaram as clivagens no modo de vida dessa população tradicional.

Em verdade a questão é de identificar onde e como estavam sendo desenvolvidas as categorias do capital, no interior do modo de produção capitalista cuja base técnica comportava já a grande indústria e na qual estava fundado o trabalho assalariado, que era o centro da articulação do modo de vida na modernidade. Nestes termos é que a presença do caipira, enquanto portador de um modo de vida tradicional estava fadado a ser, cada vez mais, residual. Como, da mesma forma, residual se tornavam as práticas culturais, em torno das qual a vida se organizara e que vinham do processo de colonização.

A abordagem histórico-genética da problemática da sociedade e do seu espaço, interessando aos estudos sobre urbanização de São Paulo, revelou como idéias, crenças, valores, expressos na prática sócio-espacial dos agentes é parte do processo de produção

material. Nesse sentido é plausível a hipótese de Cosgrove, pois permite explorar como a sociedade do trabalho em formação confronta o modo de vida da sociedade tradicional provocando reduções, confrontos e conflitos que, no caso estudado, se manifestaram na religiosidade do povo, nas concepções de gênero, nas questões da família e nas formas lúdicas de uso do tempo, entre outros aspectos importantes.

Este recurso de método tem o mérito de nos livrar da manifestação superficial dos aspectos culturais (como a pós-modernidade opera ao nível da cultura) e, analogamente, de nos livrar da condenação de tratar a sociedade tradicional como passado distante tomado em si. Pois, quando se trata da expressão subjetiva das práticas incidindo sobre os modos de ser, tal como se pode entender a cultura, o fundamental parece ser a genealogia do moderno para seguir delimitando as continuidades, as discontinuidades e entre ambas as rupturas.

O desencontro entre modos de vida e meios de vida

Características próprias da colonização portuguesa quanto à religiosidade e o sincretismo resultante da presença de negros africanos e de indígenas definiram o perfil do povoamento da região de São Paulo; três séculos de colonização, nesta região, permitiram a conformação de um tipo étnico: o caboclo de São Paulo que é também conhecido por caipira pelo seu modo de ser.

O caipira de São Paulo praticou um gênero de vida resultante do isolamento a que fora sujeitado. Como grupo fora marcado por um conjunto de atitudes que tirava significação do interior do próprio grupo; fosse relativa à maneira de vestir, de falar, de habitar como no exercício das práticas religiosas e lúdicas; em suma, por sua maneira de ser. O gênero de vida do caipira de São Paulo traduzia imediatamente uma estrutura circular que encadeava sua sobrevivência e na qual eram incluídos os meios materiais de vida.

A modernidade estava fadada a quebrar tais circularidades ao introduzir novas noções de tempo, de espaço, de trabalho, de família, de dinheiro. Tratava-se de redefinir a forma de vida da qual o cotidiano seria a categoria exploratória.

Tratava-se de confrontar até subverter o modo de vida de uma população que obtinha poucos meios de vida oriundos de coleta e da agricultura de subsistência, com comercialização pouco expressiva de excedentes. Os seus traços de pobreza, em termos materiais, foram assinalados por estudiosos de São Paulo. (PRADO JUNIOR -1966).

Acontece que a perda dos parcos meios materiais de vida não implicou necessariamente em mudança no modo de vida, disto decorreu o empobrecimento e até o desaparecimento dessa população; afinal a sua reprodução se tornou impossível, nesse desencontro entre a disposição de meios materiais de vida e modo de vida.

No contexto de vida da população tradicional, as produções de idéias, de concepções e de consciências estavam intimamente ligadas às atividades material e simbólica, parecendo traduzir uma linguagem da vida real. Acontece que a vida real não apresentava momentos e circunstâncias tão separados como viria acontecer mais tarde, ao ritmo da modernidade.

A reza e a festa perpassavam a totalidade do tempo: os dias, as semanas, os meses, o ano. O calendário religioso, com seus ritos e cerimoniais que celebram a vida, tais como os nascimentos e as mortes, é que ditavam as formas de uso do tempo.

Muitos problemas emergiram da dessacralização do tempo. Os dias santificados, dias reservados para homenagear santos e festejar o encontro das comunidades por volta dos altares domésticos, nas capelas ou nas igrejas distribuídas pelo vasto território usado por essa população tradicional, foram sendo transformados em feriados cívicos, na alternância com o tempo de trabalho. As procissões e romarias, expressão do catolicismo rústico e religiosidade do povo perdiam gradativamente a força de coesão e também a capacidade de gerar uma interpretação do mundo. Um novo modo de produção, a produção capitalista com a industrialização, revolvía a sociedade de cima a baixo.⁷

Na sociedade tradicional o prestígio como reconhecimento é o valor fundamental e ele deriva da forma como os indivíduos respondem às demandas dos grupos ao qual pertencem seja a família, os parentes, vizinhos, a irmandade, além das funções propriamente prestigiosas próprias do Estado e da Igreja.

O deslocamento, sob esse aspecto acabou sendo formidável. Pois o prestígio será identificado por uma função prestigiosa na estrutura do Estado (cargos e funções públicas, profissões prestigiosas) e pela riqueza material. As funções de prestígio jamais deixaram de afrontar a modernidade. Não é ao acaso que o melhor é travestir de tradições os conteúdos especulativos da modernidade quando declaradamente opera na esfera da cultura.

⁷ E, até onde pude acompanhar através de pesquisas, os caipiras não entendiam o que lhes acontecia. Sobre esse não entendimento lembro-me do relato colhido de um descendente de uma grande família de caipiras moradores nas proximidades da várzea do Tietê em São Paulo. Disse-me que sua tia que era membro de uma família com dez irmãos, faleceu já idosa, quando foi encontrada sob seu leito uma lata de vinte litros de moedas de prata (segunda década do Século XX). Que esse dinheiro ela ganhou fazendo redes de pesca. Que ela nunca precisou de nada por isso não gastou. Como pertencendo ao contingente de população tradicional, seus ganhos monetários não eram imediatamente transformados em necessidades novas. Além do mais as suas relações com o mundo não dependiam ainda, absolutamente, de dinheiro.

Nesta parte interessa assegurar que a cultura, de um ponto de vista da dialética materialista, não se constitui em campo ou subcampo nos quais os objetos de estudo e reflexão possam ser livremente destacados: a cultura em si.

Afinal, tudo se liga com tudo, dizem sempre os velhos mestres. Neste texto foram sugeridos dois níveis de abordagem da cultura; um que opera verticalmente e problematiza a prática cultural relacionando os atributos imanentes – as particularidades- com o âmbito que lhe dá universalidade como prática da modernidade. O outro é o nível de abordagem da cultura, como economia do símbolo; parte-se da premissa que o processo de acumulação capitalista desprende-se de seu fundamento e que as mercadorias culturais, tem um estatuto diferente, são remuneradas pela autenticidade, excepcionalidade, conforme a estrutura dos rendimentos na qual se insere. Nesse duplo enfoque da cultura a abordagem histórico-genética descortina o movimento da formação social e permite uma visão integrada do processo. É por isso que os parâmetros de raciocínio próprios do movimento da formação são essenciais.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Pedro Fiori; 2008 “O grau zero da arquitetura na era financeira” in: Novos Estudos 80; CEBRAP; São Paulo p175-195.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; 2001 Espaço-tempo na metrópole. São Paulo: Contexto.

COSGROVE, Denis E. 2003 “Em Direção a uma Geografia Cultural radical: Problemas de Teoria”; em: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org.) Introdução à Geografia Cultural; Rio de Janeiro; Bertrand Brasil; p103/134.

_____ 2002 “Observando la Naturaleza: El Paisaje y el Sentido Europeo de la Vista ”; in: Boletín de la A.G.E. n.34; Espanha PÁGS.63-89.

DAMIANI, Amélia Luisa, 1993; A Cidade (Des)Ordenada – Conceção e cotidiano do Conjunto Habitacional Itaquera I. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 1993.

DEBORD, Guy 1992; La Société du Spectacle; Paris; Éditions Gallimard.

Harvey, David “El arte de la renta: globalización y la mercantilización de la cultura” in: Capital financeiro , propriedade imobiliária y cultura. Barcelona; Universidade Autônoma de Barcelona, 2005.

LEFEBVRE, Henri; 1974 La Production de L'Espace; Paris; Éditions Anthropos.

PRADO JUNIOR, Caio; 1966 Evolução Política do Brasil e Outros Estudos; Ed. Brasiliense/ 5ª Edição.

SAHLINS, Marshall; 2004; Cultura na Prática; RJ; Ed. UFRJ.